

CARTA ABERTA À SOCIEDADE BRASILENSE

O Sindicato dos Bancários de Brasília e o Comando Nacional dos Bancários se anteciparam para viabilizar o pagamento do programa do Auxílio Emergencial. Para isso, negociamos medidas com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e o Governo do Distrito Federal (GDF), fundamentais para preservar a saúde da população e dos bancários.

Nosso entendimento, em consonância com as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), é o de que, para a proteção de todos, se mostra fundamental a manutenção do isolamento social. Assim, o atendimento dentro das agências deve ser somente para casos indispensáveis. O cuidado, obviamente, vale também para os beneficiários dos programas sociais.

Nesta hora, merecem destaque os trabalhadores da Caixa Econômica Federal, um banco 100% estatal, que mostra com ainda maior força neste momento sua missão social. Eles estão na linha de frente, fazendo o seu trabalho de forma exemplar e dando a sua contribuição para diminuir os impactos sociais da pandemia – inclusive arriscando a própria vida.

Por isso, é preciso deixar claro que as grandes filas estão se formando por falta de informação da população. Os aborrecimentos não são por acaso: vêm da má vontade com o povo que o presidente Bolsonaro mostra quando:

- vai ao Superior Tribunal de Justiça contra a decisão que suspendeu a exigência de CPF para a solicitação do auxílio emergencial de R\$ 600,00;
- suspende a antecipação da 2ª parcela;
- abusa do cargo ao pressionar pelo fim do isolamento social;
- nega recomendações médicas ao menosprezar os perigos do coronavírus, cujo contágio ainda está crescendo e já matou milhares de brasileiros.

O presidente faz pouco caso da Organização Mundial da Saúde e de centros de pesquisa para os quais o coronavírus pode atingir 478 mil pessoas no Brasil, sendo que a ameaça é maior para os idosos e doentes crônicos -mas há vítimas de todas as idades e classes sociais.

Ao ignorar dados científicos sobre a epidemia, Bolsonaro se torna o coveiro do Brasil e aposta contra os brasileiros.

Pela ação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outras centrais sindicais junto a parlamentares federais, foi aprovado o aumento do auxílio para R\$ 600,00 pelo Congresso Nacional – o governo queria pagar apenas R\$ 200,00.

Além disso, com os sindicatos na luta, foi garantida a expansão do auxílio a trabalhadores autônomos, microempreendedores individuais (MEI) e muitos outros tipos de trabalhadores informais.

Parte também dessa mobilização conjunta, caiu a proibição de só ter direito a receber o auxílio quem teve rendimentos tributáveis abaixo de R\$ 28,6 mil em 2018, e ficou a aplicação imediata da nova base do Benefício de Prestação Continuada (BPC) para meio salário mínimo (R\$ 522, 50).

Essas medidas dão suporte às famílias e contribuem para frear a transmissão da Covid-19 e o aumento de casos simultâneos, que sobrecarregam o sistema de saúde. Quanto mais pacientes graves, menos pessoas são atendidas, e recai sobre os médicos a dura decisão de quem vive ou quem vai depender da sorte.

Como em vários países, defendemos a implantação de uma renda mínima universal. E defendemos que o dinheiro para financiar as empresas deve ser condicionado à manutenção de empregos e direitos.

A escolha não é entre a economia ou a vida, pois elas podem caminhar juntas.

A realidade que se impõe é preocupante. Diante disso, para amainar esta tragédia anunciada, o Sindicato apresentou proposta legislativa para maior eficiência na liberação dos recursos, mantendo os protocolos de proteção da saúde e da vida.

Um dos pontos da proposta defende, por exemplo, que, para descongestionar o atendimento, o pagamento deveria se estender a outros bancos públicos.

Cobramos também o compromisso do governador Ibaneis pela criação do comitê de crise do setor financeiro, com a participação do Sindicato, a fim de ampliar os locais para a liberação dos recursos.

Nossas propostas ao governo federal, à Fenaban e ao GDF são para divulgar campanhas informativas sobre como obter o benefício e o calendário de pagamentos. Isso reduziria as aglomerações e a presença desnecessária de clientes e usuários nas agências, situação que infelizmente se repete em muitas regiões administrativas do DF e municípios brasileiros.

É forçoso destacar nesse contexto que o pouco esclarecimento nos meios de comunicação e nas redes sociais soma-se ainda à confusão e má intenção nos pronunciamentos do presidente Bolsonaro pela volta à normalidade antes do tempo.

Nosso compromisso é bem servir ao povo, com respeito à vida e à saúde. Faremos o que estiver ao nosso alcance para atender demandas como o atraso intencional da 2ª parcela do Auxílio Emergencial e o cadastro dos 12 milhões de cidadãos que até hoje o governo não resolveu. Mas, acima de tudo, cobraremos a responsabilidade política de quem desrespeita o valor mais sagrado: a vida.

Brasília, 23 de abril de 2020.

Sindicato dos Bancários e Bancárias de Brasília